

**“La garantía soy yo, patrón”:
notas sobre o trabalho informal em
Pedro Juan Caballero, Paraguai**

Valdir Aragão do Nascimento¹
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo: o artigo teve como objeto o trabalho informal realizado em Pedro Juan Caballero, notadamente aquelas atividades que envolvem o contato direto dos trabalhadores paraguaios e brasileiros com as pessoas que frequentam a fronteira Brasil/Paraguai por motivos diversos: turismo de compras, atividades profissionais, visitas a parentes, dentre outras. Tanto paraguaios quanto brasileiros trabalham no mercado informal na fronteira, como vendedores ambulantes, vendedores de lanches (cachorro-quente, chipa), raizeiros, vendedores de cigarros em pequenas bancas. Essa realidade do mundo do trabalho adquire um caráter peculiar por se realizar em um espaço de liminaridade singular, no qual a condição de fronteira conurbada imprime à realidade sociocultural dos moradores de ambas as cidades características sui generis no que tange à conformação das representações sociais que atravessam os limites físicos estabelecidos pelos dois países.

Palavras-chave: Fronteira Brasil/Paraguai; Ponta Porã; Pedro Juan Caballero; trabalho informal; vendedores ambulantes.

NASCIMENTO, Valdir. “La garantía soy yo, patrón” : notas sobre o trabalho informal em Pedro Juan Caballero, Paraguai. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 13 (31): 295-312, janeiro a abril de 2026. ISSN: 2358-5587

¹ Doutor em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste (UFMS), Mestre em Antropologia Sociocultural (UFGD), Bacharel em Ciências Sociais (UFMS), professor da rede estadual de ensino do estado de Mato Grosso do Sul, membro do grupo de pesquisa em estudos fronteiriços (UFMS).

“I am the guarantee, boss”: **notes on informal labor in Pedro Juan Caballero, Paraguay**

Abstract: the article had as its object the informal work carried out in Pedro Juan Caballero, notably those activities that involve direct contact between Paraguayan and Brazilian workers with people who frequent the Brazil/Paraguay border for various reasons: shopping tourism, professional activities, visits to relatives, among others. Both Paraguayans and Brazilians work in the informal market on the border, as street vendors, snack sellers (hot dogs, chipa), root sellers, and cigarette sellers in small stalls. This reality of the world of work acquires a peculiar character because it takes place in a space of singular liminality, in which the conurbated border condition imprints on the sociocultural reality of the residents of both cities sui generis characteristics in terms of the conformation of social representations that cross the physical limits established by the two countries.

Keywords: Brazil/Paraguay border; Ponta Porã; Pedro Juan Caballero; informal work; street vendors.

“Yo soy la garantía, jefe”: **apuntes sobre el trabajo informal en** **Pedro Juan Caballero, Paraguay**

Resumen: El artículo tuvo como objeto el trabajo informal realizado en Pedro Juan Caballero, en particular aquellas actividades que implican contacto directo entre trabajadores paraguayos y brasileños con personas que frecuentan la frontera Brasil/Paraguay por diversos motivos: turismo de compras, actividades profesionales, visitas a familiares, entre otros. Tanto paraguayos como brasileños trabajan en el mercado informal de la frontera, como vendedores ambulantes, vendedores de snacks (hot dogs, chipa), vendedores de raíces y vendedores de cigarrillos en pequeños puestos. Esta realidad del mundo del trabajo adquiere un carácter peculiar por desarrollarse en un espacio de singular liminalidad, en el que la condición de frontera conurbada imprime a la realidad sociocultural de los residentes de ambas ciudades características sui generis en cuanto a la conformación de representaciones sociales que cruzan los límites físicos establecidos por los dos países.

Palabras clave: Frontera Brasil/Paraguay; Ponta Porã; Pedro Juan Caballero; trabajo informal; vendedores ambulantes.

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

(Guimarães Rosa. In: *Grande Sertão: Veredas*, 1994: 85)

Os dados que deram origem a esse artigo foram obtidos ao longo dos anos de 2017, 2023 e 2024 em trabalhos de campo na fronteira Brasil/Paraguai, por ocasião de pesquisas com escopos diversos. No entanto, não haviam sido compilados, nem adequadamente coligidos e analisados à luz do referencial teórico das ciências sociais; mais especificamente da antropologia. Isso porque não faziam parte, à época, dos objetivos elencados nos estudos conduzidos naquela região.

O material encontrava-se – e encontra-se – disperso em cadernos de campo, nos quais constavam – e constam ainda – em anotações com designações como *Observações Parciais; Escritos Esparsos e Variados; Relevantes, Mas Não Úteis Nesta Pesquisa; Fragmentos do Mundo do Trabalho em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero*, dentre outros códigos que auxiliaram na separação e análise posterior do material coletado em distintas ocasiões. O texto é derivado das notas de campo *Fragmentos do Mundo do Trabalho em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero*.

Além dessas anotações, somam-se os depoimentos, falas aleatórias e espontâneas inconscientes (ou meio conscientes) verbalizados em interações estabelecidas com brasileiros e paraguaios em contextos não científicos, por assim dizer, ocorridos em dinâmicas interacionais isentas, em tese, de acordo prévio para entrevista; enfim: interações dialéticas que têm lugar nas intrincadas relações humano-sociais, às quais Malinowski (1984) nominou de os imponderáveis da vida real. A coleta se deu em conversas informais sobre assuntos variados, sobre o cotidiano de ambas as cidades; sobre a vida na fronteira; sobre o universo do trabalho e suas dificuldades; enfim: conversas entre indivíduos desconhecidos que estabelecem breve contato pelos mais diversos motivos nos mais variados contextos sociais.

Na produção deste texto levou-se em consideração a lição de Roberto Cardoso de Oliveira (1996) sobre o trabalho do antropólogo, que envolve – além de treino prático e teórico – sensibilidade etnográfica para ser capaz de ver, ouvir e escrever, dando testemunho das suas vivências e percepções acerca da realidade circundante. Realidade esta que, no entendimento de Habermas (1999), é o próprio mundo da vida, cujos elementos estruturantes são compostos pelas sensações, sentimentos, memórias, razão comunicativa, símbolos e interações socio-culturais que agem dentro, por meio, entre e através dos sujeitos.

A sensibilidade etnográfica desenvolvida deve tornar o pesquisador capaz, como observa Geertz (1989), de saber discernir a diferença entre um simples e instintivo piscar de olhos e uma maliciosa e/ou codificada piscadela intencional. Essa sensibilidade etnográfica deve ainda, adverte Geertz (1989), perscrutar os

detalhes ocultos na estrutura aparente dos fenômenos sociais dados a priori; não se contentando, de acordo com Strathern (2017: 322), com o que está na superfície, olhando “por trás ou por baixo”, buscando “ver além do óbvio”, prestando atenção ao caminho percorrido (INGOLD, 2023), como que vagando no labirinto, no dizer de Ingold (2015), observando seus sinais, analisando seus discursos e contradições, buscando em seu silêncio a essência do dito, do não dito, do mal e do bem dito e dos muitos porquês que por vezes conformam, condicionam e performam a existência humana.

No que tange à ética, todo pesquisador tem a responsabilidade ética e o compromisso moral de, como diz Ingold (2019: 14), “levar os outros a sério”; o que “não significa apenas atentar para o que eles fazem e dizem. Mais do que isso, deve-se encarar os diálogos que eles colocam às nossas concepções sobre como as coisas são, o tipo de mundo em que vivemos e como nos relacionamos com ele”. Trata-se de considerar as agências nativas, seus vínculos sociopsíquicos e simbólico-culturais; e sua dinâmica processual sem desconsiderar – no todo ou em parte – que estas são inerentes e, portanto, essencialmente tributárias da estrutura que as originaram, mas nem por isso presas a ela por toda eternidade, como concluem, guardadas as devidas diferenças teórico-conceituais, Bourdieu (1972), Giddens (2003) e Ortner (2006).

Sobre fronteiras e margens

A propósito do conceito de margem utilizado neste trabalho, algumas considerações iniciais são necessárias, penso eu. A concepção de margem (no tocante à relação dos ambulantes com o Estado e seu aparato legal), da qual me sirvo aqui, não guarda relação intrínseca com os estigmas historicamente acionados para se referir ao universo popular e às suas múltiplas interfaces com os órgãos de controle estatal. As margens, desse modo, são concebidas a partir da perspectiva de Das e Poole (2008), para quem elas funcionam como estruturas necessárias do Estado, “de la misma forma que la excepción es a la regla”, não sendo possíveis sua ação e existência fora do Estado, se não, metaforicamente, “como ríos que fluyen al interior y a través de su cuerpo”.

Isto é: as margens, em que se situam os vendedores ambulantes no Paraguai e no Brasil, e também em outras partes do mundo, não são excludentes de forma absoluta; mas incluem de forma insatisfatória, precária e ofensiva aqueles aos quais deveria oferecer oportunidades iguais de acesso a trabalho, à renda e a condições dignas para o exercício pleno da cidadania. Assim, quando a fiscalização é frágil, as sanções administrativas ineficientes e os órgãos de controle são omissos, insere-se a inclusão (um arranjo malsucedido, na verdade) pelas frestas da exclusão, percorrendo vias sinuosas que não levam a lugar algum; contudo, garantem minimamente a sobrevivência daqueles que participam – a contragosto – de suas dinâmicas (DAS e POOLE, 2008).

No que tange à fronteira enquanto conceito, sobejam as interpretações que a definem – todas elas com marcadores peculiares de tempo, espaço, território, ideologia e poder. Inicialmente, as fronteiras foram vinculadas à noção de limites, de barreira aparentemente intransponível, que institui e define espaços, territórios e forma e conforma descontinuidades, cerceando a livre comunicação e, consequentemente, o contato entre os povos que habitam esses espaços.

Desse modo, do ponto de vista geopolítico, as fronteiras têm sido amiúde interpretadas a partir da compreensão de seus limites, proximidades e marcos regulatórios entre países adjacentes, cujas contiguidades se dão tanto por mar

quanto por terra e, por vezes, separadas apenas por alguns metros – o caso das cidades-gêmeas aqui tratadas. Da perspectiva simbólico-cultural, como atestam os autores aqui arrolados, as demarcações mencionadas suscitam fenômenos socioculturais diversos, alguns positivos outros negativos; outros, ainda, indefinidos em razão de suas complexidades e ambivalências.

Nesse cenário, produzem-se relações que, às vezes, acirram vulnerabilidades, demarcam negativamente um grupo social e fragmentam identidades; outras vezes servem para fortalecer os vínculos entre indivíduos de uma mesma etnia, construindo e operacionalizando ferramentas simbólico-conceituais que os capacitam a reagir a situações adversas provocadas pela dialeticidade que caracteriza a condição humana, notadamente mais presente e pujante em contextos fronteiriços.

Na literatura das ciências sociais, especialmente a produzida por antropólogos, são muitos os autores – em várias partes do mundo – que têm como ponto pacífico, guardadas as diferenças teórico-metodológicas de cada um, que o conceito de fronteira é polissêmico, significando muito mais que apenas limites entre territórios adjacentes, representados por marcos físicos e mapas instituídos e ancorados no arcabouço legal e nos acordos (nem sempre amigáveis) entre vizinhos.

Em que pese a presença ostensiva do Estado nas fronteiras (por meio de muralhas, alambrados, políticas anti-imigração, tolerância e incentivo – às vezes velado, às vezes declarado – à xenofobia, na figura das forças armadas e das polícias locais, entre outros aparelhos de controle), estas são, em maior ou menor grau, sempre vazadas, físicas e simbolicamente, deixando à mostra as porosidades e capilaridades que envolvem a realidade social desses espaços limítrofes. Não obstante, os antropólogos, bem como os demais estudiosos, reconhecem a força do Estado em relação aos limites que estabelece (aos movimentos que restringe e as corporalidades que cerceia) no que diz respeito ao controle das espacialidades; institucionalizadas – por sua vez – em nome da territorialidade, da soberania e das noções de identidade nacional.

De acordo com Banducci Júnior (2011; 2015), na fronteira do Brasil com o Paraguai, mais especificamente entre as cidades de Ponta Porã, Brasil, e Pedro Juan Caballero, Paraguai, o comércio formal e informal tem suas dinâmicas potencializadas por diversos intercâmbios entre as duas nações. Esses intercâmbios, segundo os autores citados, não se esgotam nas relações comerciais, abrangendo outras tantas esferas da vida em sociedade, como os vínculos de parentesco, de amizade e de alianças matrimônias entre homens e mulheres das duas nacionalidades; enfim, em que pese a noção de fronteira ensejar separação, algo que segrega e desagrega, as fronteiras – principalmente as conurbadas – se apresentam como espaços eminentemente de coexistência entre indivíduos de diversas origens culturais.

A fronteira em questão se destaca pela sua intensa dinâmica sociocultural e econômica, notadamente em razão da proximidade das duas cidades, sendo conceituadas como cidades-gêmeas², isto é, municípios que se situam um do lado do outro – todavia, em países diferentes (BRASIL, 2016). Essa proximidade é, como observam Banducci Júnior (2011; 2015); Nascimento e Andrade (2018) e Nascimento (2019, 2020), fator de algumas dissidências entre os indivíduos dos dois países; entretanto, também ensejam uma gama considerável de inter-relações humano-sociais e oportunidades socioeconômicas.

² A respeito dos aspectos legais relacionados ao conceito de cidade-gêmea, veja os Arts. 1 e 2 da PORTARIA 213, de 19 de julho de 2016. Estabelece o conceito de “cidades-gêmeas”, publicada no Diário Oficial da União 138, de 20 de julho de 2016.

Conforme informações coletadas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2022, a cidade de Ponta Porã conta com 92.017 mil habitantes, dos quais 74.302 deles residem na zona urbana e 17.715 na zona rural. Geograficamente situa-se na região sudeste do estado de Mato Grosso do Sul, ocupando uma área territorial de 5.359,274 km², distando 337 km de Campo Grande, capital do estado. Sua receita advém da agricultura, da pecuária e dos serviços relacionados (transporte, comércio, comunicação, lazer).

O setor turístico, mais especificamente o turismo de compras, constitui-se como outra fonte de dividendos de Ponta Porã. Aqui, o epicentro econômico é a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero; tendo em vista o intenso afluxo de brasileiros de várias regiões do País para adquirir as mercadorias importadas (oriundas da China, em sua esmagadora maioria) comercializadas nos shoppings paraguaios, como Shopping China, West Garden, Studio Center, Popai importados e Planet Outlet; bem como em diversas lojas situadas na linha de fronteira.

Esse fluxo comercial é vantajoso economicamente tanto para Pedro Juan Caballero quanto para Ponta Porã, dado que movimenta o setor de turismo e aquece os muitos serviços a ele relacionados, além de fomentar o poder público de ambas as cidades a investirem na infraestrutura local, o que gera empregos e crescimento econômico na região. Não obstante a importância do turismo de compras em Pedro Juan Caballero, outras fontes de renda também se destacam, sendo a agricultura e a pecuária – fora do turismo de comprar – as atividades hegemônicas na região, com especial relevo à produção de grãos e oleaginosas como trigo, soja e milho (WESZ, 2014).

O Instituto Nacional de Estadística do Paraguay (INE, 2022) estimou a população de Pedro Juan Caballero em 127.437 habitantes; destes, 114.944 vivem na área urbana e 12.493 na área rural. Localizada na capital do Departamento de Amambay, a nordeste da República do Paraguai, Pedro Juan Caballero fica a 462 km da capital do país, Asunción, destacando-se pela sua diversidade cultural, tendo na música, na culinária e nas muitas belezas naturais fortes atrativos ao turismo local.

O topônimo que designa o nome da cidade, conforme Yegros (2011), foi tomado de empréstimo, como forma de homenagem, ao capitão Pedro Juan Caballero, chefe dos sublevados do denominado Movimento de Maio de 1811 no Paraguai e considerado – junto com o tenente Vicente Ignacio Iturbe e José Gaspar de Francia – uma das figuras históricas responsáveis pela Independência Paraguaia.

Outro ponto a salientar sobre a fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é a presença de várias nacionalidades na região, como árabes (sírios e libaneses, na sua maioria), coreanos, japoneses, chineses, indianos e palestinos, atores sociais que contribuem, à sua maneira, econômica e culturalmente com ambas as cidades (BANDUCCI JÚNIOR, 2015). Esses encontros entre nacionalidades despertam sentimentos variados, ambíguos e nem sempre adequadamente contemporizados pelos grupos sociais em constante disputa pela afirmação de suas identidades. Em que pesem os conflitos, os grupos étnicos se irmanam quando necessário, buscando solucionar os problemas não resolvidos, ou mal resolvidos, pelos Estados dos dois lados da fronteira, utilizando muitas vezes, para tanto, as frestas e vielas das margens às quais fazem menção Das e Poole (2008).

Desse modo, nota-se a existência e a articulação de redes sociais de diferentes matizes na região, redes cujos alcances atingem setores sensíveis a ambas as sociedades fronteiriças, como educação, saúde e segurança pública. Essas redes – agindo sobre e através dos setores mencionados – substituem, ainda que de forma precária, o papel que deveria – e deve – ser do Estado no atendimento das

necessidades da população, tanto brasileira quanto paraguaia, na região em destaque.

As cidades fronteiriças em análise, apesar de suas condições peculiares, funcionam dentro de uma lógica processual própria, uma espécie de movimento pendular que oscila entre lá e cá; que separa, mas também ajunta. As cidades assim consideradas expressam a cultura (ou culturas) de povos em contato, deixando a descoberto não só suas conexões positivas, como também seus conflitos, frestas, cisões e fraturas. Aqui, em um vórtice de elementos concatenados, entrecruzam-se dimensões dialético-processuais cujo binômio continuidade/descontinuidade dão o tom das relações que têm lugar na fronteira, prenhe de ambivalências entre os pares de opostos conflito/cooperação, simpatia/antipatia, amizade/inimizade e coletividade/individualidade; constituintes de condições e situações diversas e adversas em que se imiscuem interações socioeconômicas, políticas e socioculturais.

“La garantía soy yo, patrón”

Permeia o imaginário social do brasileiro um preconceito recorrente acerca dos produtos oriundos do Paraguay, comprados em sua maioria nas cidades paraguaias de Ciudad del Este e Pedro Juan Caballero, nas fronteiras das cidades brasileiras de Foz do Iguaçu e de Ponta Porã, respectivamente. Esses produtos são associados, geralmente, a uma dimensão moral negativa por parte dos brasileiros, que os consideram como falsificados, de baixa qualidade e durabilidade e, portanto, descartáveis.

O problema é que tais representações extrapolam a esfera dos bens materiais produzidos no Paraguai e alcança sua população, considerada também pelo viés negativo. O Paraguai é, na perspectiva de Souchaud (2011: 147), um país injusta e preconceituosamente representado como espaço do “ilícito e do falsificado que representa a ampliação e aplicação à sociedade inteira da qualificação de relações sociais limitadas a situações de transações comerciais localizadas”.

Para o Estado brasileiro, por meio de seu aparato jurídico-legal, esses produtos são considerados a partir da dimensão do binômio legal/ilegal, sendo que quando tidos por ilegais, tais produtos perdem sua “identidade” de origem (*laptop*; pneus; cigarros; remédios; armas/munições, celulares) e passam a ser designados genericamente pelos constructos semântico-jurídicos-estatais como contrabando e descaminho³. Mas as pessoas em geral tendem a nomear tais mercadorias como muamba; e os que a vendem como muambeiros ou sacoleiros (RABOSI, 2004, 2019).

As oposições que configuram o binômio legal/ilegal são partes constituintes da realidade de muitas nações, tendo nas diversas fronteiras existentes no mundo seus aspectos mais contundentes. O binômio legal/ilegal nas fronteiras expressa, de acordo com, a fluidez, a porosidade e as capilaridades das relações estabelecidas entre o Estado, e seu ordenamento jurídico, e a realidade prática da vida cotidiana dos atores sociais que compartilham limites físicos, sociais, culturais e econômicos em um dado espaço geográfico.

É nesse contexto que tem lugar as *margens* às quais se referem Das e Poole (2008), dado que elas só podem operar a partir das frestas burocrático-legais que o próprio Estado engendra, manipula e mantém, bem como das desigualdades

³ O contrabando e o descaminho são crimes contra a ordem tributária, envolvendo na sua dinâmica a importação ou exportação de mercadorias. Cf.: FERREIRA, Regina Cirino Alves. Código Penal comentado. Luciano Anderson de Souza (coord.). São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

sociais que suscita em razão das suas deficiências estruturais

Rabossi (2004), no que diz respeito ao binômio legal/ilegal, não entende o ilegal como representativo da anormalidade e/ou amoralidade de um dado grupo social. Para ele, a categoria ilegal é parte de uma engrenagem complexa que põe em movimento circunstâncias cujas potencialidades possibilitam o acesso a um *corpus* social pré-definido e condicionado pela lei. Assim, o binômio legal/ilegal não pode ser considerado “uma clivagem que permita diferenciar *a priori* setores do funcionamento do social ou universos preexistentes, *mas* sim que constitui o operador através do qual se produzem distinções, se reproduzem desigualdades e se aproveitam oportunidades.” (RABOSSI, 2004: 16 grifos no original).

Os produtos comercializados em camelódromos e outros centros populares em cidades do Brasil como Campo Grande e Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, são oriundos das cidades paraguaias de Pedro Juan Caballero e Ciudad del Este, na sua maioria. Daí, quando o produto é de baixo custo e logo apresenta problemas de operacionalidade e pouca durabilidade – eletrônicos, na maioria –, as pessoas logo perguntam: “*É do Paraguay, né?*”, quando a resposta é positiva, emendam “*Logo vi. Só sendo do Paraguay mesmo. Lá tudo é falsificado*”.

O curioso é que mesmo com a fama de falsificados e de baixa qualidade, os produtos têm boa aceitação nos camelódromos brasileiros e demais centros de comércio popular, muito em razão dos baixos preços e do custo benefício. A propósito dessas compras, um interlocutor de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, declarou, quando perguntado o porquê da compra de um determinado produto eletrônico se acreditava que não ia durar: “*É baratinho, né? Se durar uns 4 ou 5 meses tá bom. Pelo preço, vale o investimento, então a gente usa até acabar. Acabou, joga fora e compra outro. Nem compensa manda arrumar*” (Interlocutor brasileiro, mototaxista, out. 2024, conversa informal), ou como disse um outro interlocutor, “vai que dá sorte” e o bem adquirido não apresente problemas por um bom tempo.

Dentre as atividades laborais na região de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, uma me chamou atenção quando da realização de trabalhos de campo em 2017 e 2018, bem como em viagens realizadas à fronteira por razões diversas (compras, passeio, turismo) em outras datas – 2023 e 2024, qual seja: o comércio de produtos importados e gêneros alimentícios por ambulantes. O comércio de produtos importados nas ruas geralmente é feito por homens, adolescentes e criança, de nacionalidades tanto paraguaia quanto brasileira. Já a venda de alimentos e congêneres (chipas, água mineral, refrigerantes em lata, sucos), se verifica mais a presença de mulheres de várias faixas etárias, desde idosas até meninas.

Assim, quem vai a Pedro Juan Caballero, cidade fronteiriça com Ponta Porã, por motivos profissionais (caminhoneiros, representantes de venda etc.), ou para fazer compras no comércio paraguaio, Casa China, *Studio Center*, *Shopping West Garden*, dentre muitos outros estabelecimentos comerciais que lá existem, fatalmente será abordado nas ruas pelos chamados ambulantes, ou vendedores de rua. Ou vai se deparar com carrinhos de lanche e vendedores e vendedoras de chipa, água mineral, cigarros e raízes, geralmente dispostos ao longo da linha divisória que separa os dois países.

Nesses grupos, os mais visíveis, por assim dizer, são aqueles vendedores informais que oferecem de tudo, de estimulantes sexuais a munições e até armas de fogo; mas também vendem perfumes, canivetes, barbeadores elétricos, armas de choque, meias, lanternas, mini-rádios e o que mais se imaginar. Quando não têm o que o cliente procura, sabem indicar quem poderia fornecer a mercadoria. Muitas vezes são considerados inoportunos, chatos e insistentes; isso porque mesmo

diante das recusas dos transeuntes continuam a oferecer os produtos, às vezes seguindo os turistas pelas ruas – o que costuma incomodar algumas pessoas.

Pesa sobre eles ainda o fato de venderem, conforme relatos colhidos em 2017 e 2018, e por meio de demais interações em 2023 e 2024, produtos falsificados, principalmente perfumes, *pen drives* e outros artigos cuja qualidade é questionável, como aparelhos de barbear, caixas de som de pequeno porte e eletrônicos diversos. De acordo com um interlocutor em Pedro Juan Caballero:

Rapaz, nunca mais eu compro nada desses caras! É tudo falsificado. Comprei um pen drive pra pôr música, que dizia ter 16Gb, não tinha nenhum! Procurei o vendedor, mas o cara sumiu. Nunca mais vi. (Brasileiro, caminhoneiro, Caderno de Campo, junho de 2017).

Outro interlocutor descontente relata que

Caí na bobeira de comprar um perfume lá [Pedro Juan Caballero] uma vez, comprei na rua mesmo, sabe? Daqueles caras que vendem na rua e ficam atrás da gente o tempo todo. Pois bem: era pura água. Na hora até cheirava bem, mas depois o cheiro desapareceu. Tudo falso. (Brasileiro, turista, caderno de Campo, março de 2018).

Outros relatos se somam a esses, tendo na crença na desonestidade dos vendedores sua justificativa mais contundente: “*Rapaz, eles fazem de propósito isso. É claro que eles sabem que esses produtos é tudo falso. Besta é a gente que ainda compra*” (Brasileiro, turista, abr. 2023, conversa informal).

Sobre essas reclamações, um dos ambulantes contatados alegou que

Patrón, por el precio que vendemos, no puede ser original. Realmente es la tercera línea. Pero en el fondo saben que no es original, pero compran de todos modos. Luego se quejan de que no dura mucho. Por supuesto que no dura, no es original, es imitación.

Outros, quando indagados sobre o assunto, apenas riam. Alguns alegavam que o problema era o mau uso do aparelho. Havia ainda os que desconversavam e continuavam a oferecer seus produtos insistentemente, sem dar importância às questões a respeito da qualidade dos itens.

Um interlocutor paraguaio, vendedor ambulante, respondendo à pergunta “você garante?” de um turista brasileiro acerca da compra de uma caixinha de som, de pronto recebe como resposta a famosa frase: “Por supuesto, la garantía soy yo, patrón⁴”. Garantir a eficácia e qualidade de um produto qualquer é apenas uma estratégia de venda imediata, mediada – por sua vez – pela pressão que exercem nos compradores em potencial por meio de insistência recorrente. A garantia, em si, não tem respaldo na confiança depositada no vendedor; visto que tais mercadorias são geralmente de baixa qualidade, tendo um tempo de uso reduzido em razão de sua pouca funcionalidade e/ou durabilidade (LAI e ZAICHKOWSKY, 1999).

Inquirido do porquê adquiriu o produto em questão, disse: “Sei lá. Foi no impulso. Tava muito barato, e vai que dou sorte e esse trem dura bastante”. A crença dos consumidores é que se perder, pelo menos perde-se pouco, dado o valor dispendido na aquisição do bem de consumo. Apesar de comprarem com desconfiança, continuam comprando, mesmo quando advertidos por amigos, parentes e conhecidos sobre a qualidade dos produtos. Outros fatores também podem ser

⁴ A expressão *La garantía soy yo* tornou-se comum no Brasil devido à veiculação de um comercial de eletrônicos brasileiros nos anos 1990. Portanto, ao contrário do que pensam os brasileiros, ela não se originou nos circuitos de comércio no Paraguai, como afirma Pinheiro-Machado (2004: 108).

considerados em relação à motivação da compra de produtos tidos por falsificados, como perceberam Eisend e Schuchuert-Guler (2006) ao localizar o hábito de consumo desses produtos associados à questão do status social.

Nesse sentido, ostentar certas marcas de prestígio no mercado da moda significa, para os consumidores dos chamados produtos falsificados, acessar simbolicamente bens de consumo impossíveis de serem adquiridos na versão original. Significa, psicológica e simbolicamente, ocupar – ainda que apenas esteticamente – uma posição econômica socialmente considerada superior, devido ao poder de compra que sugere. O consumo de produtos falsificados reflete o desejo inconsciente de pertencer a outro estrato social, de ascender na hierarquia da sociedade de classes, emulando os gostos das classes economicamente favorecidas para acessar uma espécie de distinção fictícia.

O objetivo desse consumo de produtos tidos por falsificados é, salvo melhor interpretação, diminuir a distância, ao menos aparentemente, das diferenças econômico-sociais por meio da apropriação imagética das distinções simbólicas presentes no consumo de determinados bens de uso pessoal. Aqui, as mercadorias são *fetichizadas*, tendo seu valor de uso transformado em símbolos cujas significações variam em gênero, número e grau, a depender do universo sociocultural e das origens de classe de quem os adota (BOURDIEU, 1979).

Para Ribeiro (2008), a propósito da motivação relacionada à aquisição de produtos considerados falsificados, hábitos de consumo dessa natureza podem ser entendidos como substitutos compensatórios inconscientes de falhas estruturais existentes na composição sociopsíquica de alguns indivíduos, tais como sentimentos de baixa autoestima, insegurança, inferioridade e perda. Sentimentos que seriam sublimados pela crença subjetiva de inserção desses indivíduos em contextos sociais nos quais eles acreditam aceder à distinção e status social superiores; categorias que ocupam o imaginário social como lugares simbólicos destinados àqueles que alcançaram sucesso e poder.

Em Pedro Juan Caballero/PY é possível flagrar a busca e compra de bolsas femininas de grife como Louis Vuitton, Prada, Guess, Michael Kors, Calvin Klein e Carmen Steffens, dentre outras. As réplicas disputam um mercado de consumidoras onde o que vale é *parecer*, por isso, as réplicas menos parecidas com réplicas são as mais procuradas, como explica uma interlocutora em Pedro Juan Caballero.

Quanto mais parecida com a original, melhor, sabe? Porque é muito difícil alguém te abordar e perguntar na lata se a bolsa é original, né? Só se você der liberdade. Por isso tem de ser [a bolsa] bem costurada, não ter rebarba e não descascar as partes de metal. Tem de ter qualidade [Risos], mesmo sendo falsa. Não é só a bolsa, não. Dá pra fazer isso com vários acessórios, como óculos, relógios, pulseiras. Mas tem de ser falsificação boa. (Interlocutora brasileira, vendedora, Pedro Juan Caballero, abr. 2023)

Portanto, a motivação da compra e consumo de produtos considerados falsificados tem origens diversas, podendo significar a aquisição de um produto pelo seu uso intrínseco, ou por seu uso simbólico; ou mesmo os dois concomitantemente. O preço e a qualidade da falsificação é o que comandam a lógica de consumo desses produtos. No caso dos perfumes falsificados vendidos nas ruas de Pedro Juan Caballero pelos ambulantes, o que atrai os compradores, além do preço, é o rótulo, a embalagem e o cheiro; que não se diferenciam – diga de passagem – dos originais na sua apresentação, sendo necessário ser especialista para

perceber a diferença em um exame rápido⁵. Dois três atrativos, o que não mostra durabilidade é a fragrância, o perfume; isso porque são elaborados com essências de baixa qualidade, costumam dispensar os chamados “fixadores”; enfim: nas imitações não constam os ingredientes mais caros utilizados na elaboração dos perfumes, o que faz com que tenham pouca fixação corporal quando usados.

Na fronteira de Pedro Juan Caballero com Ponta Porã os turistas são facilmente reconhecidos como tais. Os sinais são claros para quem sabe lê-los, e os vendedores os sabem. Carros de placa brasileira atulhados de produtos de toda sorte; famílias inteiras geralmente andando juntas nas calçadas; sacolas à mão; câmeras fotográficas penduradas no pescoço ou a tiracolo; pressa no andar (turistas geralmente de Campo Grande que vão no bate e volta), lista de compras à mão, encomendas de quem não pôde ir à viagem, dentre outros sinais. Dar garantia para turistas não acarreta problemas, visto que vão demorar a voltar à cidade (se voltarem) e, muito provavelmente, terão esquecido a fisionomia do vendedor ambulante.

Os brasileiros moradores de Ponta Porã divertem-se com essas reclamações, alegando que advertem parentes e conhecidos sobre os produtos:

Eu já falei pros meus parentes quando eles vêm pra cá: num compra nada na rua, é tudo falsificado e num dura nada. Mas mesmo assim tem uns que são teimoso, vai lá e compra, porque tava barato. Daí já viu, né? Depois falam: bem que você avisou... perdi meu dinheiro. (Interlocutor Brasileiro, atendente de farmácia, Ponta Porã, mar. 2017)

Mas as experiências não são somente negativas em relação aos produtos comprados na rua de vendedores ambulantes em Pedro Juan Caballero, havendo aqueles que “deram sorte” com eletrônicos e outros itens de consumo massivo.

Cara, comprei umas facas pra usar aqui na república, até hoje não deram nenhum problema, não quebraram, não perderam o fio [o corte] fácil. Ah, tem também um radinho guerreiro que tá no meu quarto, tem uns 2 anos já. Acho que levei sorte [Risos]. (Interlocutor brasileiro, estudante de medicina em Pedro Juan Caballero, mar. 2017, Conversa informal)

Depoimentos como esse acabam circulando entre as pessoas, o que faz com se alimente a esperança de “dar sorte” e adquirir – por um preço baixo – um produto que vá durar muito tempo.

A ira, nos termos de Lin Yi-Chieh (2011 apud Valenzuela, 2020), que recai sobre os produtos tidos por falsificados consiste em uma espécie de metáfora que, dentre outras possibilidades interpretativas, representa material e simbolicamente às

intensidades contemporâneas que tienen las mercancías-imitaciones en los fenómenos relativos en las economías populares y específicamente al contrabando, en la situación contemporánea del neoliberalismo global y de las nuevas geografías económicas resultantes de las articulaciones que las economías de Asia Oriental han establecido con Suramérica a contar de la segunda mitad del siglo XX. Ira, porque tales fenómenos se observan no solo como una actividad descontrolada sino impredecible, incluso en la forma en que ésta se espacializa. (LIN YI-CHIEH, 2011 apud VALENZUELA, 2020: 227)

A relação desses vendedores ambulantes com os demais negociantes – aqueles legalmente estabelecidos – varia da indiferença à indignação, como se observa

⁵ Segundo uma vendedora de perfumes em Pedro Juan Caballero, os perfumes originais trazem um código de barras localizado tanto no fundo da caixa/estojo do perfume quanto no fundo do frasco. Este código tem de ser obrigatoriamente correspondente. Os perfumes originais podem ter sua autenticidade verificada por meio do código de barras constante do produto, o que pode ser feito no site CheckFresh.

nas falas de comerciantes da região: “*Para mí no interfiere en nada, no me molestan, no importa si se quedan ahí o no*” (Comerciante paraguaio, dono de loja de ferragens, fev. 2024).

Eu acho que não tá certo, sabe? A gente paga imposto, tem gastos com empregados e tudo mais, e eles atrapalham um pouco, sim! Não as vendas, mas incomodam os clientes que às vezes até querem entrar na loja, mas pra fugir deles passam direto, já vi isso várias vezes. (Interlocutor brasileiro, comerciante, dono de uma loja de roupas em Pedro Juan Caballero)

Em verdade, as opiniões dependem do tipo de negócio, isto é, aqueles que se acham mais prejudicados são os que mais demonstram insatisfação, alguns mais, outros menos. Os proprietários de pequenos comércios de eletrônicos geralmente não concordam com a atividade dos ambulantes, embora muitos deles reconheçam que estes indivíduos muitas vezes não têm oportunidade de se empregarem no comércio local ou mesmo em outros gêneros de ocupação.

Se eu falar pra você que não atrapalha, tô mentindo! Porque às vezes eles atrapalham uma venda aqui na loja, né? Oferecem os produtos deles mais baratos, daí aquelas pessoas mais desavisadas acabam comprando. Então atrapalha, né? (Comerciante brasileiro, Pedro Juan Caballero, abr. 2023)

Esses vendedores ambulantes em Pedro Juan Caballero atuam às margens da legalidade estatal, tanto no que se refere ao mundo do trabalho propriamente dito quanto aos aspectos relacionados ao crime e à criminalidade na fronteira em questão. A venda de armas e munições é a face mais emblemática dessas atividades tidas por ilegais aos olhos do Estado paraguaio, o que é curioso já que é de conhecimento das autoridades as atividades ilícitas desenvolvidas por essas pessoas.

No que diz respeito aos vendedores ambulantes e sua atuação nas ruas da cidade de Pedro Juan Caballero, um interlocutor tece as seguintes considerações:

As autoridades até tentam conter esses vendedores, mas o problema é que não têm outra coisa pra eles fazerem, não tem tanto emprego aqui [Pedro Juan Caballero/PY]. E quando tem, paga mal e escraviza mesmo. Então, é uma questão de sobrevivência dos caras [vendedores ambulantes]. Daí, a fiscalização é assim, né? meia-boca, de mentirinha. (Interlocutor brasileiro, atendente em loja de venda de pneus, Pedro Juan Caballero, abr. 2023, conversa informal)

O mesmo fenômeno também é identificado em Ciudad del Este em relação aos vendedores de alho paraguaios. Estes costumam atravessar a fronteira pra vender seus produtos no Brasil, o que causa uma série de problemas para a administração pública, bem como desperta a antipatia de comerciantes locais, dada a concorrência desleal que enfrentam em razão da diferença de preços. Nesse contexto, também existem a fiscalização de “mentirinha”, “meia-boca”, são nesses vãos e desvãos da burocracia estatal que a ocupação do espaço (e as práticas sociais inerentes) é negociada, ressignificada e reelaborada; é nesse universo dialético-cotidiano e multifacetado “onde os sujeitos criam estratégias de sobrevivência, borrando alguns dos limites imaginários da fronteira, e a utilizando como possibilidade” (RODRIGUES, 2017: 7)

Essa aura de ilegalidade que paira sobre as regiões de fronteira permeia o imaginário social tanto de brasileiros quanto de paraguaios, tanto na relação Ponta Porã/Pedro Juan Caballero, quanto na de paraguaios de Pedro Juan Caballero, na fronteira do Brasil, e de paraguaios residentes em Assunção, capital do país. A mesma aura verifica-se na fronteira de Foz do Iguaçu/Ciudad del Este (PINHEIRO-MACHADO, 2004; RABOSSA, 2004) e na tríplice fronteira Brasil-

Argentina-Paraguai (RENOLDI, 2015).

A propósito da relação estabelecida entre o Estado paraguaio e os vendedores ambulantes, Rabossi (2011: 38) explica que, em Ciudad del Este, apesar de o aparato legal municipal empreender certa regulação nas atividades dos ambulantes, e estes – ao menos em tese – respeitarem as regras estabelecidas, em verdade “a forma como se ocupa o espaço para venda nas ruas revela uma série de acordos, sedimentações e tolerâncias que estão na base de um sistema que reproduz a precariedade na qual os vendedores de rua trabalham”. Ou seja, a fiscalização é feita, como disse o interlocutor brasileiro: “de mentirinha”.

Contudo, por mais que o Estado possibilite a existência de margens – no sentido semântico a elas conferido por Das e Poole (2008) –, em seu aparato fiscal-burocrático-repressor, é forçoso reconhecer que suas ações – quando colocadas em prática – atingem um contingente expressivo de indivíduos, prejudicando-os e tornando suas vidas mais difíceis do que já são no contexto da sobrevivência diária na fronteira. Assim, é correto – me parece – considerar que embora as margens existam e atendam muitos daqueles que a elas recorrem em várias circunstâncias, embora de forma insatisfatória, nunca é demais lembrar; elas não são sempre efetivas e justas no seu exíguo papel de apêndice, cuja real função é disfarçar a ineficiência do Estado e de seus prepostos; deixando uma parcela da população à margem das margens.

A que se que considerar, aqui, as elucubrações de Das e Poole (2008) a respeito das configurações das categorias espaço e margem, bem como a presença do Estado nesses contextos. O Estado, segundo Das e Poole (2008), considerado em seus aspectos institucional e territorial, precisa contemporizar suas ações frente a forças macroestruturais – como a globalização e suas consequências –, e tentar garantir minimamente a satisfação de necessidades mais urgentes daqueles que estão sob sua tutela, sua população; notadamente no que concerne à segurança política e à sobrevivência econômica.

Contudo, o Estado é uma abstração, um constructo social que visa ao controle de uma da sociedade, considerando e consignando território, organização política, social e jurídica. O Estado não funciona em um limbo, por conta própria, ele é operacionalizado pelos grupos de interesse político-sociais e de poder; cujos objetivos primordiais são a garantia de privilégios a alguns e o abandono da maioria da população à sua própria sorte. Isso pode ser visto nas estratégias ideológico-político-econômicas neoliberais: no propalado mito da meritocracia; na flexibilização das leis trabalhistas e econômicas; na defesa de um Estado mínimo; na constante tentativa de privatização e na ausência de um estado de bem-estar social.

No Paraguai, no Brasil e em outras partes do mundo, a presença dessas *instituições zumbis*, na denominação de Bauman (2001), em maior ou menor grau, são responsáveis pelas desigualdades sociais que permeiam a realidade sociocultural e econômica desses países e que transformam pessoas em material facilmente substituível e, portanto, descartável (BAUMAN, 2005). Tais desigualdades são refletidas pelo mundo do trabalho, no qual cada vez mais se tem menos oportunidades de se alcançar uma cidadania plena e, conseqüentemente, uma vida com mais dignidade.

Resta a esses grupos de desassistidos perambular pelas ruas das cidades em busca de sobrevivência, contando com a condescendência de prepostos do Estado por meio das margens e suas capilaridades; e com a compreensão daqueles que, apesar do individualismo e da competição exacerbados, ainda conseguem enxer-

gar o *outro* para além das ideologias neoliberais e preconceituosas que os transformam em fracassados, preguiçosos, exploradores do Estado e marginais em potencial.

Considerações finais

Os fenômenos sociais ensejados pela condição de fronteira são muitos e heterogêneos, bem como diversas e complexas são as engrenagens culturais que os conjugam e contemporizam, associados que são às questões históricas e socioeconômicas que caracterizam as espacialidades contíguas. Nesses espaços liminares, para equalizar oferta e demanda, o mundo do trabalho costuma projetar arranjos sociais que, na sua maioria, não contemplam de forma efetiva a todos os que deles dependem, como é o caso dos vendedores ambulantes nas ruas de Pedro Juan Caballero.

Essa situação precária do trabalho e do trabalhador em Pedro Juan Caballero representa o despreparo e a negligência do Estado paraguaio para lidar com os problemas locais, especificamente no que diz respeito à geração de empregos aos seus nacionais. A acusação não se restringe ao Paraguai, mas também ao Brasil, visto que em Ponta Porã verificam-se condições de trabalho de semelhante precariedade, a exemplo dos muitos ambulantes que vagam pelas ruas da cidade vendendo toda sorte de mercadorias, sem acesso a direitos trabalhistas básicos, como 13º salário, FGTS, seguro desemprego e aposentadoria.

A ausência de políticas públicas para geração de emprego e renda é o que faz com que as margens, no sentido que Das e Poole (2008) as concebe, entre o lícito e o ilícito sejam esgarçadas, borradas e ressignificadas em alguns contextos interacionais em várias cidades fronteiriças, como demonstrado e discutido pelos autores que compõem o *corpus* deste trabalho. O Estado faz vista grossa, por assim dizer, para permitir não oficialmente o trabalho precário realizado por grupos economicamente vulneráveis; não porque seus operadores são tomados de senso de humanidade e busca pela igualdade, mas para esconder as desigualdades sociais que engendra e mantém.

É nas margens, e pelas margens, que os indivíduos operam o ferramental burocrático-estatal na tentativa de equalizar as assimetrias existentes na fronteira, exercitando suas agências nas sombras da microfísica do poder (FOUCAULT, 2017), explorando as fissuras conceituais do aparato legalista do Estado e construindo oportunidades de sobrevivência em um mundo do trabalho cada vez mais cruel e desumano.

Recebido em 12 de março de 2025.

Aprovado em 20 de fevereiro 2026.

Referências

- BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. Mercado informal na fronteira Brasil-Paraguai: Shopping Calçadão Mercosul. *Revista Ambivalências*, 3 (5): 61-84, 2015.
- BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. Turismo e fronteira: integração cultural e tensões identitárias na divisa do Brasil com o Paraguai. *Pasos, El Sauzal*, 9 (3): 7-18, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. “Les trois modes de connaissance e Structures, habitus et pratiques”. In: BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Lib. Droz, 1972. p. 162-89.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BRASIL. *PORTARIA Nº 213, de 19 de julho de 2016*. Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Publicada no Diário Oficial da União nº 138, de 20 de julho de 2016.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do antropólogo*. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da UNESP. 2000.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social* (UBA), 27, 2008.
- FERREIRA, Regina Cirino Alves. “Código penal comentado”. In: SOUZA, Luciano Anderson de (coord.). *Código penal comentado 2 ed.* São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GIDDENS, Antony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa I*. Racionalidad de la acción y racionalización social. Buenos Aires: Taurus Humanidades, 1999.
- INGOLD, Tim. “Sobre levar os outros a sério”. In: INGOLD, Tim. *Antropologia para que serve?*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019, cap. 1.
- INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. *Horizontes Antropológicos*, 21 (44): 21-36, 2015.
- INGOLD, Tim. Sobre não conhecer e prestar atenção: como caminhar em um mundo possível. *Esferas*, 1 (26): 279-308, 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - *Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS*. 2022.

LAI, Kay Ka-Yuk; ZAICHKOWSKY, Judith Lynne. Brand imitation: do the Chinese have different views? *Asia Pacific Journal of Management*, 16 (2): 179-192, 1999.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia* São Paulo: Abril Cultural, 1984.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do. De rolê pela fronteira: o caso das motocicletas em Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR). *Cadernos de Campo*, 28 (1): 50-83, 2019.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do. Subvertendo a ordem: os indocumentados e as estratégias de acesso à saúde na fronteira de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY. *Revista de Antropologia*, 63 (2): 1-23, 2020.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do; ANDRADE, Sonia Maria Oliveira de. As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai. *Horizontes Antropológicos*, 24 (50): 181-214, 2018.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, 39 (1): 13-37, 1996.

ORTNER, Sherry. "Poder e projetos: reflexões sobre a agência". In: GROSSI, Miriam Pillar; Eckert, Cornélia; FRY, Peter Henry (orgs.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Goiânia: Nova Letra, 2006, p. 45-80.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *A Garantia "soy yo": Etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), UFRGS, 2004.

RABOSSI, Fernando. Los caminos de la informalidade. *Sociologia e Antropologia*, 9 (3): 797-818, 2019.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de ciudad del este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRJ, 2004.

RABOSSI, Fernando. Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguai). *Etnográfica*, 15 (1): 83-107, 2011.

RENOLDI, Brígida. Estados posibles: travesías, ilegalismos y controles en la Triple Frontera. *Etnográfica*, 19 (3): 417-40, 2015.

RIBEIRO, Raquel. O consumo: uma perspectiva sociológica. In: *VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa, 2008.

RODRIGUES, Luiz Felipe. "Olha o alho!" *A cidade de fronteira nos passos do sujeito*. TCC (Graduação em Geografia), Unila, 2016.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SOUCHAUD, Sylvain. A visão do Paraguai no Brasil. *Contexto Internacional*, 33 (1): 131-153, 2011.

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: UBU Editora, 2017.

VALENZUELA, José Miguel Muñoz. Fronteras y contrabando: etnografía del comercio de mercancías-imitaciones en la Espacialidad Fronteriza de Atacama-Lípez (EFAL) (Chile y Bolivia). *Horizontes antropológicos*, 26 (56): 225-54, 2020.

WESZ, Valdemar João. *O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UFRJ, 2014.

YEGROS, Ricardo Scavone. *La Declaración de la Independencia del Paraguay*. Asunción: Servilibro, 2011.

VOLUME 14
NÚMERO 34
(JAN./ABR.2027)

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE NOVEMBRO
DE 2026

CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÊ TEMÁTICO:

CIDADES EM DISPUTA:
GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE
E OUTRAS DIFERENÇAS
NA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO

COORDENADORXS:

DR. DR. GUILHERME R. PASSAMANI (UFMS)
DR. DR. RAMON PEREIRA DOS REIS (UEPA)

Os processos de produção das cidades em relação às sexualidades têm enfatizado ao longo da história a importância das noções de território e territorialidade para a compreensão de como são constituídos os espaços urbanos, os sujeitos e suas relações. Além de indicar que tais processos de produção cidadina correspondem a marcações sociais heterogêneas, é importante ressaltar que todo esse movimento compreendido pelas dinâmicas sociais locais e a ocupação de territórios, dispostos entre “periferias” e “centros”, perfaz mobilidades e/ou zonas fronteiriças que nos possibilitam problematizar os manejos, burlas e agenciamentos feitos em torno da produção social das diferenças, bem como seus impactos a partir da articulação com as temáticas de gênero, sexualidade e raça. Nesse sentido, imaginar a produção de sexualidades em diferentes escalas é um ponto constituinte dos três eixos que norteiam o dossiê: as espacialidades, mobilidades e territorialidades. O objetivo é aproximar os debates sobre cidades, gênero, sexualidades e raça na tentativa de promover aproximações teóricas e empíricas que nos auxiliem a refletir e questionar estatutos citadinos em relação à produção de diferenças e desigualdades, tendo como ponto de partida a seguinte questão: de que forma podemos escrutinar urbanidades/citadinidades a ponto de fazer com que tais estruturas não sejam meros arquétipos geográficos/cartográficos, mas que internalizem e externalizem ações concretas de pertencimento e uso democrático do espaço público?

34

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso